

## “Semsaborias de Palmerim & Primaleom & Florisendo”: Receção e censura dos livros de cavalarias entre Espanha e Portugal<sup>1</sup>

Pedro Álvarez-Cifuentes<sup>2</sup>

Recibido: 27 de mayo de 2021 / Aceptado: 2 de julio de 2021

**Resumo.** Entre os muitos preconceitos que condicionaram a receção dos livros de cavalarias em Espanha e Portugal entre os séculos XVI e XVII, os ataques de frades, predicadores, confesores e moralistas desempenharam um papel crucial. Os setores vinculados à Igreja questionavam com grande severidade a dimensão moral de textos cavaleirescos como o *Amadis de Gaula*, o *Primaleón* ou o *Palmeirim de Inglaterra* e promulgavam, pelo contrário, uma literatura de conteúdo devoto que servisse para edificar o público, nomeadamente no caso dos leitores mais novos. Foram as críticas espanholas mais veementes e rotundas do que as portuguesas? Propomos uma revisão comparada de testemunhos críticos sobre o sucesso da literatura de cavalarias na Península Ibérica.

**Palavras-chave:** livros de cavalarias, censura, crítica, literatura comparada.

### [en] “Semsaborias de Palmerim & Primaleom & Florisendo”: Reception and censorship of books of chivalry in Spain and Portugal

**Abstract.** The attacks of Spanish and Portuguese friars, preachers, confessors and moralists largely featured among the many prejudices that conditioned the reception of peninsular books of chivalry between the 16th and 17th centuries. Indeed, sectors linked to the Church fiercely criticised the moral dimension of texts such as *Amadis de Gaula*, *Primaleón* and *Palmeirim de Inglaterra*, while promulgating a devout literature that served to educate readers, especially young men and women. Was Spanish censorship more vehement and outright than Portuguese criticism? In this paper, I propose a comparative review of critical testimonies on the success of chivalric romances in the Iberian Peninsula.

**Keywords:** books of chivalry, censorship, criticism, comparative literature.

### [es] “Semsaborias de Palmerim & Primaleom & Florisendo”: Recepción y censura de los libros de caballerías entre España y Portugal

**Resumen.** Entre los muchos prejuicios que condicionaron la recepción de los libros de caballerías en España y Portugal entre los siglos XVI y XVII, los ataques de frailes, predicadores, confesores y moralistas desempeñaron un papel crucial. Los sectores vinculados a la Iglesia cuestionaban con gran severidad la dimensión moral de textos caballerescos como el *Amadis de Gaula*, el *Primaleón* o el *Palmeirim de Inglaterra* y promulgaban, por contra, una literatura de contenido devoto que sirviera para edificar al público, especialmente en el caso de los lectores más jóvenes. ¿Fueron las críticas españolas más vehementes y rotundas que las portuguesas? Se propone una revisión comparada de testimonios críticos sobre el éxito de los libros de caballerías en la península Ibérica.

**Palabras clave:** libros de caballerías, censura, crítica, literatura comparada.

**Cómo citar:** Álvarez-Cifuentes, P. (2021). “Semsaborias de Palmerim & Primaleom & Florisendo”: Receção e censura dos livros de cavalarias entre Espanha e Portugal, en *Revista de Filología Románica* 38, 197-203.

<sup>1</sup> Este trabalho foi realizado no âmbito do financiamento do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte del Gobierno de España: Programa de Promoción del Talento y su Empleabilidad en I+D+i, Subprograma Estatal de Movilidad del Plan Estatal de Formación Científica y Técnica y de Innovación 2013-2016 (referência CAS17/00115). Quero expressar o meu agradecimento à Professora Doutora Isabel Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Departamento de Filología Clásica y Románica  
Universidad de Oviedo  
[alvarezcpedro@uniovi.es](mailto:alvarezcpedro@uniovi.es)

Riense muchos de los libros de caballería...  
Lope de Vega, *El desconfiado*

Conquanto a progressiva consolidação da imprensa ao longo do século XVI e a proliferação de edições, reedições e continuações dos romances mais populares acabassem convertendo a narrativa cavaleiresca peninsular numa verdadeira *mass literature*<sup>3</sup>, no que se refere a Portugal a bibliografia crítica disponível sobre os livros de cavalarias é relativamente escassa, como escassas são também as edições acessíveis dos textos originais para um público contemporâneo e não especializado<sup>4</sup>. De facto, a maior parte dos estudiosos da história da literatura portuguesa não parece ter nutrido grandes simpatias pelo género que deu à luz o *Amadis de Gaula*<sup>5</sup>. Ainda em meados do século XX, os livros de cavalarias continuavam a constituir um desafio para a crítica académica, “talvez porque julgadas novelas de fantasia ou super-imaginação”, postulava Massaud Moisés (1957: 17), “alheias da realidade e monótonas no seu andamento, com aventuras de cavaleiros sempre audazes, em defesa de damas desprotegidas”. Para o crítico brasileiro, o habitual prejuízo sobre a falta de conexão das ficções cavaleirescas com a realidade circundante, ou a sua frequente acumulação de peripécias de estilo repetitivo, quase chegou a formar um “verdadeiro tabu em torno, isolado [...] por um conjunto colossal de preconceitos” (Moisés 1957: 17)<sup>6</sup>. No entanto, felizmente esta situação está a mudar nas últimas décadas.

Para além das críticas em termos estruturais ou estilísticos<sup>7</sup>, a receção histórica dos romances de cavalarias viu-se condicionada pelos ataques de frades, predicadores, confessores e moralistas, cuja “campana [...] contra estos libros de ficción asumió las proporciones de una verdadera cruzada durante la segunda mitad del siglo XVI” (Leonard 1953: 69). Com grande beligerância e severidade, os setores vinculados à Igreja Católica questionavam a dimensão moral de textos tão populares como o *Amadis de Gaula* ou o *Palmerin de Inglaterra* e promulgavam, pelo contrário, uma literatura de orientação devota que servisse para edificar o público leitor. No entanto, Nieves Baranda (2005: 26) aponta que

los anatemas lanzados [...] apenas tuvieron efecto, porque inventarios, documentos diversos, tratados y obras literarias señalan una y otra vez el atractivo que [los libros de caballerías] ejercieron sobre los jóvenes y las féminas en particular, que los podían incluso alquilar, como consta documentalmentemente para las damas de palacio.

Com efeito, tanto no século XVI como na atualidade não é fácil resistir-se ao *guilty pleasure* da leitura de livros proibidos e supostamente perniciosos para a moral. No entanto, as invetivas contra a literatura de cavalarias — e outros tantos géneros de entretenimento, como a poesia profana ou a narrativa pastoril ou sentimental — eram muito frequentes e, ao longo de Quinhentos, transformaram-se num lugar comum entre os autores pretendidamente graves, o que Marcel Bataillon (1937: 664) denomina “une clause de style presque inévitable sous la plume d’un écrivain sérieux”.

Donatella Gagliardi (2010: 25-48) revisita os argumentos dos letrados e eruditos espanhóis que, sob diversos ângulos, criticaram a popularidade da literatura de entretenimento e fornece uma ampla e interessantíssima antologia das censuras de textos indecorosos<sup>8</sup>, como a que encontramos na parte VIII do *Abito y armadura spiritual*, em que o asturiano Diego de Cabranes lamenta o tempo perdido com

letras profanas de historias y razones metrificadas en coplas que provocan a hechos impudicos de hechos de cavallerias y amores, los quales son rejalgar del anima y soliman de la virginidad (Cabranes 1544: 242r).

<sup>3</sup> “They over-ran the world of letters at a time when fiction was not reproduced with the present-day rapidity” (Thomas 1920: 147). Bognolo (1997: 11) considera os livros de cavalarias espanhóis “il primo grande successo editoriale, il primo episodio di diffusione europea di una letteratura di consumo nel mondo moderno”. *Vid.* também Lucia Megias (2002), Santos (2012), Vargas Díaz-Toledo (2012: 13-51) e Almeida (2016), que oferece uma visão comparada do género.

<sup>4</sup> “Escassa é a bibliografia crítica disponível, e o testemunho gritante do abandono a que foi votado [o género] acha-se na míngua de edições disponíveis” (Almeida 1998: 13).

<sup>5</sup> Sobre os livros de cavalarias no história da literatura portuguesa, *cf.* Vargas Díaz-Toledo (2006).

<sup>6</sup> Também Cervantes apregoava o seu fastio perante a repetição dos tópicos cavaleirescos: “¿Cómo es posible que aya entendimiento humano, que se dé a entender que ha avido en el mundo aquella infinidad de Amadis, y aquella turba multa de tanto famoso cavallero, tanto emperador de Trapisonda, tanto Flexmarte de Yrcania, tanto palafren, tanta donzella andante, tantas sierpes, tantos endriagos, tantos gigantes, tantas inauditas aventuras, tanto genero de encantamentos, tantas batallas, tantos desaforados encuentros, tanta bizzarria de trajes, tantas princessas enamoradas, tantos escuderos condes, tantos enanos graciosos, tanto villete, tanto requiebro, tantas mugeres valientes y finalmente, tantos y tan disparatados casos como los libros de cavallerias contienen?” (Cervantes 1605: 297r).

<sup>7</sup> Sobre livros de cavalarias e *ars poetica*, *vid.* Almeida (1998: 77-149). Para Alonso López Pinciano (1596: 461-462), “los amores de Theagenes, y Cariclea, de Heliodoro, y los de Leucipo, y Clitofonte, de Achile Estacio, son tan epica como la *Iliada*, y la *Eneyda*, y todos estos libros de cavallerias, qual los quatro dichos poemas, no tienen [...] diferencia alguna essencial que los distinga, ni tampoco essencialmente se diferencia uno de otro por las condiciones individuales; así como dizen, ay diferencia de un Pedro a otro”.

<sup>8</sup> Para além da monografia de Gagliardi, *cf.* Thomas (1920: 147-179), Krauss (1949), Andrade (1955), Glaser (1966), Riquer (1973), Almeida (1998: 97-121), Romero Tabares (1998: 138-139) e, especialmente, a completa antologia de Sarmati (1996). Num recente artigo, Gagliardi (2017) analisa em detalhe as leis contra os livros de cavalarias que apresenta o teólogo Francisco de Monzón em 1543. Estas invetivas não são exclusivas dos países católicos; no que diz a Inglaterra, Thomas (1920: 266-267) menciona, por exemplo, as censuras de autores como Robert Burton ou William Vaughan contra aqueles “time-wasting Bookes, called the *Mirroure of Knighthood*, the *Knights of the Round Table*, *Palmerin de Oliva*, and the like rabblement, devised no doubt by the Devill to confirme soules in the knowledge of evil”.

Em tratados de inspiração humanista como o *Dialogo de la lengua* (1535) de Juan de Valdés ou *De officio mariti* (1548) de Juan Luis Vives, por exemplo, as obras de ficção são consideradas “vanidades repletas de vícios que reflejan la inmoralidad de sus creadores, hombres ociosos e ignorantes, con mucho papel a su alcance, y que mienten descaradamente” (Gagliardi 2010: 33)<sup>9</sup>. Esta preocupação pelo caráter ilusório e devasso dos livros de cavalarias seria exprimida —entre muitos outros autores espanhóis— por historiadores como Gonzalo Fernández de Oviedo<sup>10</sup>, Gonzalo de Illescas, Pedro Mejía, Alonso de Ulloa ou Diego Gracián de Aldret<sup>11</sup> e, nomeadamente, por moralistas como fr. Antonio de Guevara<sup>12</sup> no *Relox de principes* (1529) e no *Aviso de privados y doctrina de cortesanos* (1539); Pedro de Luján nos *Coloquios matrimoniales* (1550); fr. Luis de Granada na sua *Introduction del symbolo de la Fe* (1583); o minorita fr. Francisco Ortiz Lucio<sup>13</sup> na carta dedicatória do *Jardin de amores sanctos y lugares comunes, doctrinales y pulpiales* (1589); o combativo jesuíta Gaspar de Astete no *Tratado del gobierno de la familia y estado de las viudas y donzellas* (1597); ou fr. Pedro Malón de Chaide (1603: 11v) no prólogo do *Libro de la conversión de la Magdalena*:

libros de amores, y las *Dianas*, y *Boscaneas*, y *Garcilasos*, y los monstruosos libros y silvas de fabulosos cuentos y mentiras de los *Amadis*, *Floriseles*, y *Don Belianis*, y una flota de semejantes protentos, como ay escritos, puestos en manos de pocos años, fino cuchillo en poder del hombre furioso.

O agostinho navarro perguntava-se, escandalizado perante a precocidade dos leitores (e, sobretudo, das leitoras) —“Que ha de hazer la donzellita que à penas sabe andar, y ya trae una *Diana* en la faldriquera?” (Malón de Chaide 1603: 12r) —, cujo entusiasmo acabaria estabelecendo uma comparação paródica entre as leituras graves e os romances de cavalaria: “os persuadiran, que *don Florisel*, es el libro de los Macabeos; y *don Belianis*, los *Morales* de san Gregorio; y *Amadis*, los oficios de san Ambrosio; y *Lisuarte* los libros de *Clemencia* de Seneca” (Malón de Chaide 1603: 12v-13r)<sup>14</sup>. O catálogo recolhido por Gagliardi insiste no evidente perigo moral que implicam estes *libri pestiferi* (especialmente no caso das mulheres), como alvitrava o franciscano fr. Juan de la Cerda no capítulo intitulado “Del daño que haze en las donzellas la leccion de los libros profanos y de mentiras, y del provecho que de los buenos y sanctos libros se saca” no Tratado I da *Vida politica de todos los estados de mugeres*:

Porque assi como la lectura de los libros piadosos y devotos, mortifica e refrena las costumbres del lector; assi por el contrario, los fabulosos argumentos, e invenciones, o historias profanas, que tratan de amores, le desassossiegan, y engrien, y encienden. La cosa que por mas ligera se tiene y menos importante, y es la que mas obra, son las sucias y carnales palabras; porque como se pronuncian por la boca, llevan consigo el affecto del coraçon del que las dize, y penetran el alma de el que las oye (Cerda 1599: 42v).

O mesmo se passava do outro lado da fronteira. No reino de Portugal também eram muito frequentes os ataques morais a todo o tipo de literatura ficcional e, nomeadamente, aos romances de fantasia. As autoridades eclesiásticas portuguesas desconfiavam do impacto das ficções cavaleirescas sobre os setores mais vulneráveis do público, vendo nelas, como aponta Vargas Díaz-Toledo (2012: 234), “uma fonte de perversões morais onde os jovens —em particular as mulheres, obviamente—, podiam beber e adquirir uma desenfreada fantasia que os afastaria tanto das suas verdadeiras obrigações como da sua devoção religiosa”. Como era de esperar, em Portugal a situação é muito similar à espanhola<sup>15</sup>. Para além de considerações estéticas, Almeida (1998: 106) frisa que o realmente preocupante para os moralistas era “a entrega emocional (em particular de um público considerado imaturo: jovens e, em geral, mulheres), a identificação sem reservas com personagens e modelos ficcionais —formas de alienação que se entendiam desvios de um rumo desejável e das quais se adivinhavam consequências perturbantes” para o bem-estar espiritual dos leitores—.

Neste sentido, podemos assinalar a publicação em Portugal de opúsculos como a *Breve doutrina e ensinança de principes* (1525) de fr. António de Beja ou o *Salutiferae crucis triumphus* (1553) de fr. Francisco de Barcelos, ambos

<sup>9</sup> Já em *De institutione feminae christianae* (1524, edição revista em 1536) criticava Juan Luis Vives a proliferação de textos cavaleirescos na península Ibérica: “Tum et de pestiferis libris, cuiusmodi sunt in Hispania *Amadisus*, *Splandianus*, *Florisandus*, *Tirantus*, *Tristanus*, quarum ineptiarum nullus est finis” (Vives 1996: 44).

<sup>10</sup> “Los hombres sabios & naturales atenderan a esta lecion [...] & assi con mas desocupacion del entendimiento auran por bien de oyrme (pues no cuento los disparates de los libros mentirosos de *Amadis* ni los que dellos dependen” (Fernández de Oviedo 1535: 63v).

<sup>11</sup> “Tristanes, Reynaldos, Florisandos, Primaleones, Palmerines y Duardos, y otros cien mil tales que hinchon los papeles de mentiras, donde muchas personas muy a menudo gastan sus buenas horas” (Gracián de Aldrete 1548: bb 3r).

<sup>12</sup> “O quan desviada esta oy la republica de lo que aqui escrevimos y aconsejamos; pues vemos, que ya no se ocupan los hombres sino en leer libros que es affrenta nombrarlos; como son, *Amadis de Gaula*, *Tristan de Leonis*, *Primaleon*, *Carcel de amor*, y a *Celestina*; a los cuales todos y a otros muchos con ellos se devria mandar por justifica, que no se imprimiessen, ni menos se vendiessen; porque su doctrina incita la sensualidad a peccar, y relaxa el spiritu a bien vivir” (Guevara 1546: 15v).

<sup>13</sup> “Es muy inutil y de poco provecho, la leccion de las *Celestinas*, *Dianas*, *Boscaneas*, *Amadis*, *Esplandianes* y otros libros llenos de portentosas mentiras, [...] tizon y fuego, y soplo incentivo de torpeza” (Ortiz Lucio 1589).

<sup>14</sup> Almeida (1998: 105) salienta a “aguda paronomasia” proposta por Malón de Chaide (1603: 12v): “si la honestidad del termino lo sufriera, con trastocar pocas letras se llamaran mejor de vellaqueras que de cavallerias”.

<sup>15</sup> “Diversos intelectuais humanistas menosprezam o género; eclesiásticos, em obras de matéria espiritual ou religiosa, bem como em textos de caráter moralista, lançam sobre eles anátema; historiógrafos vêem-no com reserva, desconfiança ou mesmo escândalo” (Almeida 1998: 98).

pertencentes à ordem dos jerónimos. Ao dedicar a sua *Breve doutrina* ao novo rei D. João III, fr. António de Beja exprime reparos perante

as falsas historias & fingimentos dos antijgos cavalleyros que a maneira de sonhos vaãos foram compostas & escriptas, como sam ha de *Amadis*, *Splandião*, *Tristão de Leonis* & outras vaydades a estas semelhantes de que os paços & camaras dos grandes sennores estam comummente ornadas & providas, & a quem se da tanta fe (Beja 1525: 4v).

Contra as patranhas e as histórias fabulosas que apresentavam o *Amadis de Gaula*, o *Palmerín de Olivia*, o *Primaleón* e o *Florisando* também protestara o doutor João de Barros na “Introduçam & declaração do presente livro pera os lectores” do seu *Espelho de Casados*, um manual de comportamento para casais:

Quando os mancebos començam a ter entendimento do mundo gastam o tempo em livros muy desnecesario[s] & pouco proveitosos pera si nem pera outrem, asi como na fabullosa historia de *Amadis*, nas patranhas do Santo Grial, nas sensaborias de *Palmerim* & *Primaleom* & *Florisendo* e outros asi, que haviam mester totalmente exterminados que jaa de nenhũa cousa servem, onde ha tantos outros de que se pode tirar proveito (Barros 1540: 4r).

O austero doutor Barros desdenhava o plano imaginário da existência e preconizava que “só o exemplo de proezas autênticas era capaz de gerar rasgos de heroísmo e conseguir a morigeração dos costumes” (Andrade 1955: 456). Ao contrário, as narrações de cavalarias fingidas desorientavam os jovens pupilos e faziam perder tempo, afastando-os do caminho da verdadeira fé cristã.

No “Dialogo da discreta ignorancia” da parte II da *Imagem da vida christam* de fr. Heitor Pinto (1572: 248v-249r), um grave erudito português qualifica a literatura de entretenimento de “livros profanos de amores obscenos & historias fingidas, cheos de mintiras, & delicias, & deshonestidades, & excitamentos de peccados”. Perante os seus interlocutores (um florentino e um francês de Lyon), o rigoroso português estima que “todos os livros prohibidos são perigosos & prejudiciaes, & a muytos occasião de grandes males, & tições do inferno” e recomenda desconfiar do seu superficial atractivo, porque “he mais de temer a peçonha, quando vem cuberta com ouro; ou quando se dá nas igoarias de mór gosto”. Definitivamente, fr. Heitor Pinto não hesita em condenar esse “mantimento dos porcos, que são as letras prophanas, que incham, & não fartam, quando tractam cousas vãs & fofas, & perniciosas” (Pinto 1572: 278r).

Também os *Dialogos* (1604) de fr. Amador Arrais, bispo de Portalegre, insistem no perigoso papel desempenhado por romances de fantasia como a *Crónica do Imperador Clarimundo* na formação intelectual dos futuros governantes, que não deveriam cair na tentação de “ler por *Clarimundo*, [...] esquecidos do estudo necessario para o bom governo” (Arrais 1604: 157). No seu *Casamento perfeito* (1623), Diogo de Paiva de Andrada —chamado o Jovem para se diferenciar de um tio do mesmo nome, teólogo português no concílio de Trento— advertirá as futuras esposas contra os volumes de histórias lascivas e amorosas, “porque nestes há muytos perigos, mal entendidos, que às vezes causam danos bem certos” (Andrada 1623: 185).

Na segunda metade de Seiscentos, o polígrafo D. Francisco Manuel de Melo ainda exprime o seu profundo desgosto ante o que considera a vacuidade e falsidade dos livros de cavalarias na sua famosa *Carta de Guia de Casados*:

Juro a V. M. que toda a vida me enfadárão as damas dos livros de Cavalerias, porque sempre as achava acompanhadas de cachorros, de leões, e de enãos. Taõ inimigo sou destas taes sevandilhas, que nẽ em livros mentirosos as soffro; veja V. M. que será nas cousas verdadeiras? Mas o que he humor, ou capricho meu, não he razaõ que se assente por regra géral. Seja advertido para quem tiver outro tão mao gosto (Melo 1651: 76).

A grande ironia de D. Francisco Manuel de Melo ataca as repetitivas convenções do género, as suas donzelas acompanhadas de uma fauna impossível, os seus anões e as suas mentiras, que apenas servem para confundir o público e aborrecê-lo. D. Francisco Manuel dirige também os seus dardos às damas leitoras:

Ainda fico com escrupulo sobre a lição em que muitas se ocupaõ. O melhor livro he a almofada, e o bastidor; mas nem por isso lhe negarei o exercicio delles. Estas que sempre querem ler comedias, e que sabem romances dellas de cõr, e os dizem às vezes entoados, não gabo. Outras saõ mortas por livros de novellas; taes pellos de cavallarias. Aqui he mais perigosa a affeição, que o uso (Melo 1651: 87).

A seguir refere a anedota das filhas de uma hospedeira espanhola que, por crerem nos enganos dos romances e nos “lindos requebros, que Cardenio estava dizendo a Estefania”, acabaram por desonrar a sua família ao fugirem com os seus amantes: “cada hũa das filhas de aquella estalajadeira fizera sua novella, fugindo com seu mancebo do lugar, como boas aprendizes da doutrina, que tão bem estudáraõ” (Melo 1651: 88-89).

Todavia, nem todos foram ataques tão acérrimos. Almeida (1998) julga as críticas espanholas muito “mais numerosas e veementes” do que as portuguesas<sup>16</sup> —nas quais deteta “uma atitude geralmente mais branda”, se calhar mais acorde com o temperamento lusitano— e assinala, por exemplo, que “não se conhece iniciativa equivalente à proibição decretada em Espanha, em 1543, nos termos da qual a divulgação de ‘libros profanos y fabulosos’ foi

<sup>16</sup> “Não têm aqui [em Portugal] paralelo as críticas rigorosíssimas de Vives, ou os ataques virulentos que desferiu o jesuíta Gaspar de Astete” (Almeida 1998: 110).

interditada nas Índias” (Almeida 1998: 110)<sup>17</sup>. No entanto, a Inquisição espanhola só proibiu expressamente a edição de “libros de caballerías a lo divino”<sup>18</sup> —como o *Libro de la Cavalleria Celestial* de Jerónimo de Sampedro (1554) ou a *Cavalleria Cristiana* de fr. Jaime de Alcalá (1570)—, enquanto as versões profanas, talvez mais inócuas, foram tratadas com o que Leonard (1953: 88) denomina uma “tolerancia [...] verdadeiramente extraordinária”.

Em Portugal, nenhum texto cavaleiresco chegou a figurar nos índices de livros proibidos pelo Santo Ofício<sup>19</sup> —contrariamente ao que aconteceu com outras obras de conteúdo abertamente sentimental como a *Celestina*, a *Menina e moça* de Bernardim Ribeiro ou a *Comedia Euphrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos (Osório 2001: 13), constantemente vigiadas pelo zelo dos inquisidores—:

A Inquisição portuguesa sempre tratou as crónicas fabulosas com surpreendente benevolência: por vezes obedecendo a influências ou conveniências de que hoje apenas conseguimos suspeitar [...]; em geral, aceitando estas narrativas por imperativo do uso instituído (Almeida 1998: 59).

Em relação a esta atitude assaz indulgente, Santos (2012: 548-549) evidencia a aparição de vários exemplos de “pareceres” favoráveis da Igreja, como os redigidos pelo dominicano fr. Bartolomeu Ferreira —o primeiro censor de *Os Lusíadas*— para uma edição clandestina do *Palmerín de Olivia* em Évora (1581)<sup>20</sup> ou para o *D. Duardos II* de Diogo Fernandes (1587), fundamentados no seu carácter estritamente ficcional: “soposto (como he verdade) que os encantamentos, & obras, que aqui estão atribuídas à arte mágica são fingidas, o livro não tem nada contra nossa religião” (*apud* Olival 2012: 193). Outro expressivo exemplo: no *imprimatur* da reedição da *Crónica do Imperador Clarimundo* de 1601, fr. Manuel Coelho compara o gosto do público pelas cavalarias com a inclinação de S. Basílio de Cesareia, Doutor da Igreja, pelos poemas homéricos:

Vi esta Primeyra Parte da *Cronica do Emperador Clarimundo*, que ja foy impressa nestes Reynos de Portugal: Assim como vay, não tem cousa alguma contra nossa Sancta Fê, & bons costumes, antes he Historia donde se pode tirar proveyto. Que o Author debaxo daquellas fições que canta, pretende pintar hum Principe esforçado, casto & virtuoso, amigo de honra, & de verdade: Partes, que todos os homens hão de pretender. E esta he a rezão, porque Sam Basilio era affeyçoado a lér Homero, por o proveito que tirava das allegorias, que em sua Poesia trazia encubertas [...]. E ainda que este Livro, & outros semelhantes, contem outras cousas varias, & muy diferentes, direy o que diz o mesmo Sam Basilio no mesmo lugar [...] Finalmente, a mim me parece, que he obra que se pode outra vez imprimir (*apud* Barros 1601).

Destarte, a partir de meados do século XVI deteta-se uma evolução na receção do género cavaleiresco na Península Ibérica, de jeito que começam a aparecer “apreciações favoráveis, condizentes com as que sustentavam autores e editores de ficção cavaleiresca” (Almeida 1998: 132) onde caberia esperar críticas mais severas. A título de exemplo, no seu *Panegírico do rei D. João III*, o historiador João de Barros assinalara com benevolência que:

não errarão os que em Castella, e Portugal fizerão historias de Cavalleiros d’aventura em os fazerem zelosos, e inclinados à virtude, tirando as semrazoens da terra, defendendo, e amparando as Viuvras, e Donzellas, o que tambem segundo muitos escrevem, fizerão Theseo, e Hercules, e outros muitos, que florescerão nos tempos, a que os Gregos chamarão heroicos (*apud* Faria 1740: 343).

Este texto, que volta a equiparar os “Cavalleiros d’aventura” aos heróis clássicos, teria sido redigido por volta de 1533, mas não foi publicado até 1740, momento em que foi integrado nas *Noticias de Portugal* de Manuel Severim de Faria<sup>21</sup>. Não convém esquecer que o próprio Barros teria sido autor, na sua mocidade, do primeiro livro de cavalarias escrito em língua portuguesa, a já mencionada *Crónica do Imperador Clarimundo, donde os Reys de Portugal descendem* (1522), um texto que o venerável autor das *Décadas* acabaria por renegar já na idade madura<sup>22</sup>. Em Espanha, os *Coloquios de Palatino e Pinciano* (ca. 1550) do jurista Juan de Arce de Otálora (1995, I: 459) também oferecem uma visão mais complacente em prol dos romances de fantasia, os quais “por más apócrifos y mentirosos que sean, siempre tienen algo de provecho y son dulces de oír”<sup>23</sup>. Sob uma ótica comparada, as apreciações críticas à literatura cavaleiresca em Espanha e Portugal não apresentam, portanto, grandes discordâncias.

Na sua célebre *Corte na aldeia* (1619), Francisco Rodrigues Lobo —sempre sagaz em questões de índole literária— tentará analisar de uma maneira mais sistematizada os argumentos pró e contra os livros de cavalarias por

<sup>17</sup> “The reasons were partly theological: it was feared that not only would works of this kind teach the Indians immoral habits, but that they would also discredit the veracity of the Sacred Books and the writings of the Fathers” (Thomas 1920: 178).

<sup>18</sup> Sobre a narrativa cavaleiresca espiritual, *cf.* Herrán Alonso (2005) e Mallorquí-Ruscalleda (2016).

<sup>19</sup> Quanto ao impacto cultural da Inquisição portuguesa, *cf.* Révah (1960).

<sup>20</sup> Acerca desta edição do *Palmerín de Olivia*, *vid.* Leal (1962).

<sup>21</sup> Sobre este e outros panegíricos de D. João III, *vid.* Couto (2000).

<sup>22</sup> No prólogo da *Decada Primeira da Asia*, J. de Barros (Lisboa, Jorge Rodriguez, 1628) justifica o seu *Clarimundo* como “ũa pintura metaphorica de exercitos, & vitorias humanas, nesta figura racional do Emperador Clarimundo, titulo da traça (conforme a idade que eu então tinha) a fim de aparar o estilo de minha possibilidade pera esta vossa Assia”. Acerca desta “pintura metaphorica”, *vid.* Reis (2013).

<sup>23</sup> Outros exemplos de atitudes favoráveis coligidos por Almeida (1998: 134) seriam o “prefacio” da tradução da *Ars poetica* de Horácio a cargo de Luis de Zapata (1592) e a apresentação das *Rimas de Luis de Camões. Segunda Parte* de Domingos Fernandes (1616).

boca das suas cinco personagens Leonardo, Lívio, D. Júlio, Píndaro e Solino<sup>24</sup>, o que corrobora que, em Portugal, “a discussão sobre o género ainda era tida por pertinente depois de muito entrado o séc. XVII” (Fernandes 2006: 16). Na *Historia geral de Ethiopia a Alta, ou Preste Joam* (1660), o padre Baltasar Teles refere-se ao seu parente Francisco de Moraes e ao *Palmeirim de Inglaterra* com palavras muito elogiosas: “este Autor com a amenidade de seu florido engenho, & com a suavidade de seu eloquente estylo só pretendeu recrear aos leytores, com fabulas doudas, & com ficçoens engenhosas” (Almeida / Teles 1660: 2).

Como vemos, a alta popularidade das cavalarias em terras portuguesas prossegue ao longo de Setecentos e até de Setecentos, como testemunha a considerável circulação manuscrita de obras mais tardias como a *Crónica do Imperador Belindro* —atribuída à pena da condessa da Vidigueira, D. Leonor Coutinho de Távora, falecida em 1648<sup>25</sup>— ou a intitulada *Historia do Principe Belidor Amphibio e da Princeza chamada Corsina*, que Vargas Díaz-Toledo (2012: 157) data “por volta da primeira metade do século XVIII”.

Apesar da progressiva perda do favor do público, inconstante e sedento de novidades, a crítica militante contra os livros de cavalarias continuou vigente durante Setecentos. Ainda em 1783, um parecer da Real Mesa Censória fundada pelo marquês de Pombal interditava a publicação da Parte I da *Crónica do Imperador Belindro*, comparando-a com o *D. Quixote de la Mancha* em termos pouco prestigiantes. A nota, assinada por fr. Francisco Xavier de Santa Ana Fonseca e fr. Joaquim de Santa Ana, expunha o seguinte:

O Primeiro Tomo da *Chronica do Imperador Beleandro*, que quer fazer imprimir Francisco Roland, contem hum grande numero de novelas, escripto no gosto das cavallarias andantes; porem muito differente do que teve Miguel de Servantes na composaçõ do seu *D. Quixote*; porque a leitura deste recreia, e utiliza, e a da *Chronica* [...] será sempre sem proveito, e enfadonha, e por isso deve ser excusada<sup>26</sup>.

Eis um precoce exemplo de crítica de teor comparatista. No Portugal de finais do século XVIII, o “modelo de excelência” fixado por Cervantes no *D. Quixote* servia aos censores para ajuizar os excessos dos romances de cavalarias, considerados cada vez mais tediosos e sem grande proveito para os leitores (Abreu 2008). Aliás, a petição do Francisco Rolland, da “Typographia Rollandiana” do Bairro Alto<sup>27</sup>, foi recusada e a *Crónica do Imperador Belindro*, apesar do notório interesse do editor, nunca chegou a ser publicada. Até à data!

## Bibliografia

- ABREU, Márcia (2008): “Concepções sobre Romance”, in *XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências (13-17 de julho de 2008)*. Em [http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/MARCIA\\_ABREU.pdf](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/Abralic2008/MARCIA_ABREU.pdf) [01/05/2021].
- ALMEIDA, Isabel (1998): *Livros Portugueses de Cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, Isabel (2016): “Books of chivalry: outline of a genre”, in *A Comparative History of Literatures in the Iberian Peninsula*, César Domínguez / Anxo Abuín González / Ellen Sapega (eds.), vol. II, pp. 155-170. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- ALMEIDA, Manuel de / Baltasar Teles (1660): *Historia geral de Ethiopia a Alta, ou Preste Joam*. Coimbra: Manoel Dias.
- ÁLVAREZ-CIFUENTES, Pedro (2016): “Senhora de varonil talento. Las caballerías perdidas de Leonor Coutinho de Távora”, in *Grandes y pequeños de la Literatura Medieval y Renacentista*, Emilio Blanco (ed.), pp. 141-153. Salamanca: Seminario de Estudios Medievales y Renacentistas/Sociedad de Estudios Medievales y Renacentistas.
- ÁLVAREZ-CIFUENTES, Pedro (2020): *La Crónica do Imperador Belindro: edición y estudio del Ms. ANTT 875*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo.
- ANDRADA, Diogo de Paiva de (1630): *Casamento perfeito*. Lisboa: Jorge Rodriguez.
- ANDRADE, Maria Francisca de Oliveira (1955): “Reacção quinhentista da filosofia moral contra os romances de cavalaria”. *Revista Portuguesa de Filosofia. Actas do I Congresso Nacional de Filosofia XI(3-4)*, 455-457.
- ARCE DE OTÁLORA, Juan (1995): *Coloquios de Palatino y Pinciano*, José Luis Ocasar Ariza (ed.). Madrid: Turner.
- ARRAIS, Amador (1604): *Dialogos*. Coimbra: Oficina de Diogo Gomez Loureiro.
- BARANDA, Nieves (2005): *Cortejo a lo prohibido. Lectoras y escritoras en la España Moderna*. Madrid: Arco Libros.
- BARROS, João de (1540): *Espelho de Casados*. Porto: Vasco Diaz Tanco de Frexenal.
- BARROS, João de (1601): *A primeira parte da Cronica do Emperador Clarimundo*. Lisboa: Antonio Alvarez.

<sup>24</sup> Santos (2012: 550-555) fornece uma análise detalhada de tais argumentos, que, em última instância, visariam demonstrar a “legitimidade” literária do género cavaleiresco. Entre os seus traços positivos, o entusiasta Leonardo salienta: “a graça de tecer, & historiar as aventuras, o decore de tratar as pessoas, a agudeza, & galantaria das tenções, o pintar das armas, o betar as cores, o encaminhar, & desencontrar os successos, o encarecer a pureza de hūs amores, a pena de hūs ciumes, a firmeza em hũa ausencia, & muytas outras coisas que recreão o animo, & afeiçoão, & apurão o entendimento” (Lobo 1619: 3v).

<sup>25</sup> Grande parte dos testemunhos conservados da *Crónica do Imperador Belindro* são cópias setecentistas. Sobre D. Leonor Coutinho e o *Belindro*, *vid.* Álvarez-Cifuentes (2016: 141-153) e (2020).

<sup>26</sup> Este “parecer” sobre a *Crónica do Imperador Belindro* conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Censuras e Pareceres da Real Mesa Censória*, cx. 12 (1783), n.º 2, cens. 3. O exemplar resenhado deve ter sido o atual Ms. 8871 da Biblioteca Nacional de Portugal, que inclui a assinatura de fr. Francisco Xavier de Santa Ana Fonseca e fr. Joaquim de Santa Ana.

<sup>27</sup> Sobre a atividade editorial de Francisco Rolland, *vid.* DeNipoti (2017).

- BARROS, João de (1628): *Decada Primeira da Asia*. Lisboa: Jorge Rodriguez.
- BATAILLON, Marcel (1937): *Erasmе et l'Espagne. Recherches sur l'histoire spirituelle du XVIe siècle*. Paris: Droz.
- BEJA, António de (1525): *Breve doutrina e ensinança de principēs*. Lisboa: Germão Galharde.
- BOGNOLO, Anna (1997): *La finzione rinnovata. Meraviglioso, corte e avventura nel romanzo cavalleresco del primo Cinquecento spagnolo*. Pisa: Edizioni ETS.
- CABRANES, Diego de (1544): *Abito y armadura spiritual*. Puebla de Guadalupe: Francisco Diaz Romano.
- CERDA, Juan de la (1599): *Vida politica de todos los estados de mugeres*. Alcalá de Henares: Juan Gracian.
- CERVANTES, Miguel de (1605): *El ingenioso hidalgo don Quixote de la Mancha*. Madrid: Juan de la Cuesta.
- COUTO, Aires do (2000): “Panegíricos de D. João III de dois humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”. *Máthesis* 9, 37-67.
- DENIPOTI, Claudio (2017): “O livreiro que prefaciava (e os livros roubados): Os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no Império Português ao fim do século XVIII”. *História: Questões & Debates* 65(1), 385-411.
- FARIA, Manuel Severim de (1740): *Noticias de Portugal*. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia (2006): *Crônica de D. Duardos (Primeira Parte), cód. BNL 12904: edição e estudo*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo (1535): *La historia natural y general de las Indias*. Sevilla: Juan Cromberger.
- GAGLIARDI, Donatella (2010): *Urdiendo ficciones. Beatriz Bernal, autora de caballerías en la España del XVI*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- GAGLIARDI, Donatella (2017): “Un placer negado: la censura de las caballerías en el inédito *Espejo de la princesa cristiana*”. *Historias Fingidas* 5, 109-130 [DOI: <https://doi.org/10.13136/2284-2667/70>].
- GLASER, Edward (1966): “Nuevos datos sobre la crítica de los libros de caballería en los siglos XVI y XVII”. *Anuario de Estudios Medievales* III, 393-410.
- GRACIÁN DE ALDRETE, Diego (1548): *Morales de Plutarco, traduzidos de lengua griega en castellana*. Alcalá de Henares: Juan de Brocar.
- GUEVARA, Antonio de (1546): *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*. Anvers: Martin Nucio.
- HERRÁN ALONSO, Emma (2005): *La Cavalleria Celestial y “los divinos”. La narrativa caballeresca espiritual del siglo XVI*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- KRAUSS, Werner (1949): “Die Kritik des Siglo de Oro am Ritter- und Schäffer-roman”, in *Gesammelte Aufsätze zur Literatur- und Sprachwissenschaft*, pp. 152-176. Frankfurt am Main: Klostermann.
- LEAL, Maria José Serpa Leote Gonçalves da Silva (1962): “Uma impressão do Palmeirim de Oliva feita em Évora por Cristóvão de Burgos e atribuída a Francisco del Canto, de Medina del Campo”. *Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol*, pp. 131-136. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.
- LEONARD, Irving A. (1953): *Los libros del conquistador*. México: Fondo de Cultura Económica.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1619): *Corte na aldeia, e noites de inverno*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- LÓPEZ PINCIANO, Alonso (1596): *Philosophia antiqua poetica*. Madrid: Thomas Junti.
- LUCÍA MEGÍAS, José Manuel (2002): “Libros de caballerías castellanos: textos y contextos”. *Edad de Oro* 21, 9-60.
- MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (2016): “El conocimiento de los libros de caballerías españoles a lo divino (1552-1601). Estado de la cuestión y perspectivas futuras de estudio”. *eHumanista: Journal of Iberian Studies* 32, 374-412.
- MALÓN DE CHAIDE, Pedro (1603): *Libro de la conversion de la Magdalena*. Alcalá de Henares: Justo Sanchez Crespo.
- MOISÉS, Massaud (1957): *A Novela de Cavalaria no Quinhentismo Português. O Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda de Jorge Ferreira de Vasconcelos*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MELO, Francisco Manuel de (1651): *Carta de Guia de Casados*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.
- OLIVAL, Fernanda (2012): “Honra, cavalarias e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalarias às práticas e das práticas aos textos”, in *E Fizerom Taes Maravilhas... – Histórias de Cavaleiros e Cavalarias*, Lênia Márcia Mongelli (coord.), pp. 183-196. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial.
- ORTIZ LUCIO, Francisco (1589): *Jardín de amores sanctos*. Alcalá de Henares: Juan Iñiguez de Liquerica.
- OSÓRIO, Jorge Alves (2001): “Um género menosprezado: a narrativa de cavalaria do século XVI”. *Máthesis* 10, 9-34.
- PINTO, Heitor (1572): *Imagem da vida christam*. Lisboa: Joam de Barreira.
- REIS, Flávio Antônio Fernandes (2013): “O *Clarimundo*: uma ‘pintura methaforica’ composta por João de Barros”. *Eutomia. Revista de Literatura e Linguística* 12-1, 220-237.
- RÉVAH, Israël Salvator (1960): *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- RIQUER, Martín de (1973): “Cervantes y la caballeresca”, in *Summa Cervantina*, Juan Bautista Avallé-Arce / Edward C. Riley (eds.), pp. 273-292. London: Tamesis Books.
- ROMERO TABARES, M<sup>a</sup> Isabel (1998): *La mujer casada y la amazona. Un modelo femenino renacentista en la obra de Pedro de Luján*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- SANTOS, Zulmira Coelho de (2012): “Sobre livros de cavalaria, leituras e leitores nos séculos XVI e XVII”, in *E Fizerom Taes Maravilhas... – Histórias de Cavaleiros e Cavalarias*, Lênia Márcia Mongelli (coord.), pp. 545-555. Cotia/São Paulo: Ateliê Editorial.
- SARMATI, Elisabetta (1996): *Le critiche ai libri di cavalleria nel Cinquecento spagnolo (con uno sguardo sul Seicento): un'analisi testuale*. Pisa: Giardini.
- THOMAS, Henry (1902): *Spanish and Portuguese romances of chivalry; the revival of the romance of chivalry in the Spanish Peninsula, and its extension and influence abroad*. Cambridge: The University Press.
- VARGAS DÍAZ-TOLEDO, Aurelio (2006): “Os livros de cavalarias renascentistas nas histórias da literatura portuguesa”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 3, 233-247.
- VARGAS DÍAZ-TOLEDO, Aurelio (2012): *Os livros de cavalarias portuguesas dos séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Pearlbooks.
- VIVES, Juan Luis (1996): *De institutione feminae christianae. Liber primus*, Charles Fantazzi / Constantinus Matheussen (eds.). Leiden/New York/Köln: Brill.